



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Ofício nº 02307/2016/AL

00100.115742/2016-86
muciel

Junte-se ao processado do
PEC

nº 65, de 2012

Em 12 / 09 / 16

Senado Federal
À Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania

Senador
Paulo Paim

Fortaleza, 4 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70.165-900 – Brasília – DF

Assunto: **Moção de apelo**

Senhor Presidente,

Atendendo ao requerimento nº 1915/2016, de autoria do senhor deputado Renato Roseno, comunicamos a V. Ex.^a a aprovação em plenário, nesta Casa Legislativa, de moção de apelo ao Senado Federal a fim da não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 65/2012, em tramitação nesse Poder, proposta pelo senador Acir Gurgacz – PDT – RO, conforme propositura supracitada.

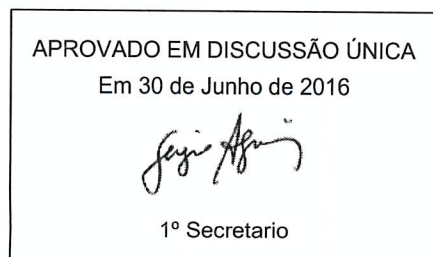
Atenciosamente,


Deputado José Albuquerque
Presidente

ea/cm

Requerimento Nº: 1915 / 2016

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ



REQUERIMENTO PARA APROVAÇÃO DE MOÇÃO DE APELO AO SENADO FEDERAL BRASILEIRO A FIM DA NÃO APROVAÇÃO DA PEC 65/2012 EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL PROPOSTA PELO SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO).

O Deputado Renato Roseno, no uso das suas atribuições legais, fundamentado no artigo 228 do Regimento Interno, vem propor ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará a aprovação da seguinte Moção de apelo ao Senado Federal brasileiro a fim da não aprovação da PEC 65/2012 em tramitação proposta pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Justificativa:

O texto original estabelece que a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) seria suficiente para que obras de infraestrutura não pudessem ser canceladas, o que dispensaria a exigência do licenciamento ambiental para sua realização ao afirmar que não será permitida a suspensão de obra ou seu cancelamento após a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

Através de rasas alegativas de parlamentares que segundo seus pontos de vista buscariam assegurar celeridade e economia de recursos em obras públicas sujeitas ao licenciamento ambiental, ao impossibilitar a suspensão ou cancelamento de sua execução após a concessão de licença o que se coloca sob ameaça é o patrimônio ambiental brasileiro, sua biodiversidade e as populações humanas associadas. Cai por terra toda e qualquer possibilidade de controle ambiental de empreendimentos como portos, hidrelétricas e sistemas de transporte.

A referida PEC aniquila os princípios do Direito Ambiental pois seria a alteração de procedimento de licenciamento ambiental, instrumento previsto para a concretização de princípios como a precaução e a prevenção.

A iniciativa da PEC 65/2012 tem sido reforçada por uma agenda que busca facilitar a construção de grandes empreendimentos, desconsiderando as tragédias socioambientais que ocorrem por fraudes ao licenciamento (atualmente fundamentado no art. 225 da Constituição Federal, na Lei n 6.983/81 e em resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA).

O Ministério Público, IBAMA, especialistas, organizações do setor internacionais e nacionais, órgãos ambientais estaduais tem recebido com enorme preocupação a tramitação da PEC 65/2012 no Senado Federal por representar grave retrocesso na busca do equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. Sua eventual aprovação representaria, na prática, o fim do licenciamento ambiental e das medidas de controle dos empreendimentos com significativos impactos ambientais, cuja regulação tem sido aperfeiçoada nos últimos quarenta anos, sobretudo a partir da lei da política nacional do meio ambiente.

Em Maio de 2016 a coordenadora da Câmara do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, subprocuradora geral da República Sandra

Requerimento Nº: 1915 / 2016

Cureau afirmou categoricamente que “além de violar diversos tratados internacionais de proteção ao meio ambiente, a PEC 65 colide com dispositivos constitucionais no momento em que possibilita a realização de obras sem licenciamento ambiental”.

Com a possibilidade de aprovação da PEC 65 se colocaria o Brasil em direção diametralmente oposta ao que vem sendo trilhado em países desenvolvidos, onde a busca por um desenvolvimento sustentável é cada vez mais a tônica adotada e ainda fragiliza o país diante das salvaguardas exigidas por instituições financeiras de financiamento, além de acordos e tratados internacionais assinados pelo Brasil.

É inimaginável que um país que viveu apenas há sete meses o maior acidente mundial com barragens em 100 anos que destruiu o distrito mineiro de Bento Rodrigues com o maior volume de rejeitos despejado – 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m3) possa considerar a ideia de pôr fim ao licenciamento ambiental ou de flexibilizá-lo. Da tragédia de Mariana que bateu outro recorde, que foi a marca de 600 km percorridos pelos rejeitos, ainda temos vítimas desaparecidas e desalojadas. Registra-se ainda o prejuízo estimado em 5,2 bilhões de dólares de acordo com consultoria internacional de gestão de riscos Bowker Associates.

Há ainda um outro agravante decorrente da PEC 65, segundo seu texto, o poder Judiciário não poderia conceder uma liminar por pior que fosse o Estudo de Impacto Ambiental, por mais nocivo que ele fosse ao meio ambiente, às populações e comunidades tradicionais, não podendo conceder uma liminar para suspender, realizar estudos adicionais mais aprofundados porque a PEC não permite.

Corroboramos portanto com a posição da Frente Parlamentar Ambientalista que considera a proposta inaceitável, considerando que caso a PEC 65 venha a prosperar, transformará a legislação ambiental brasileira, considerada como uma das mais avançadas do mundo, em legislação medieval.

Por considerarmos estarmos vivendo uma grave época diante do aquecimento global e das mudanças climáticas, que se intensificam a partir dos desmatamentos e da destruição de nossos biomas e ecossistemas é que propomos a presente moção de apelo pela não aprovação da PEC 65/2012.

Portanto, contamos com a colaboração dos nobres parlamentares para aprovar a presente moção de apelo e encaminhá-la ao Senado Federal.

Sala das Sessões, 21 de Junho de 2016



Dep. RENATO ROSENO



Senado Federal

Brasília, 31 de agosto de 2016.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 02307/2016/AL, de Vossa Excelência, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser juntada ao processado da PEC nº 65, de 2012, que *“Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.”*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado JOSÉ ALBUQUERQUE
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Do Ceará
Av. Desembargador Moreira, 2807-Dionísio Torres.
CEP 60170-900 – Fortaleza/CE
